

**ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL E
COMBATE ÀS DESIGUALDADES**

**ADULT LITERACY AS A TOOL FOR SOCIAL INCLUSION AND COMBATING
INEQUALITIES**

**LA ALFABETIZACIÓN DE ADULTOS COMO HERRAMIENTA DE INCLUSIÓN SOCIAL
Y LUCHA CONTRA LAS DESIGUALDADES**



10.56238/revgeov16n5-271

Jaques José da Silva Souza

Mestre em Administração Pública

Instituição: Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9213866132566631>

Carliene de Souza Santos Aguiar

Mestre em Educação

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8423755079558794>

Flávia Tereza Correa Sousa Rodrigues

Especialista em Docência profissional científica e técnico, Língua portuguesa e literatura

Instituição: Instituto Federal do Pará (IFPA), ESEA

Luciana Patrícia da Silva Frutuoso

Mestrado em Educação

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8492277303800092>

Márcio Silva da Conceição

Doutor em Ciências Ambientais

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6178523977633290>

Maria de Lourdes Alves

Doutora em educação

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1563563233983157>

Douglas Almeida Santiago da Silva

Especialista em letras - português

Jadson Justi

Doutorado em Psicologia

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4280-8502>



Rafael dos Santos Nardotto

Mestrado em Ensino

Instituição: Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7106-3231>**RESUMO**

A alfabetização de adultos constitui instrumento fundamental de inclusão social e combate às desigualdades no contexto brasileiro contemporâneo. A persistência do analfabetismo entre a população adulta perpetua estruturas de exclusão educacional, limitando oportunidades de inserção profissional, participação política e exercício pleno da cidadania. Este estudo analisa a alfabetização de adultos como mecanismo estratégico de emancipação e transformação social, investigando suas dimensões pedagógicas, políticas e sociais. A metodologia adota abordagem qualitativa de natureza aplicada, com objetivo exploratório-descritivo, utilizando entrevistas semiestruturadas, observação participante e análise documental. Os resultados evidenciam quatro dimensões centrais: desafios estruturais relacionados à infraestrutura inadequada e formação docente insuficiente; exclusão digital como fator que aprofunda desigualdades educacionais; dimensões de gênero que revelam a alfabetização como processo de empoderamento feminino; e memória histórica das políticas educacionais que reproduzem modelos assistencialistas. As conclusões indicam que a alfabetização de adultos transcende a aquisição técnica de habilidades, configurando-se como direito humano fundamental e investimento estratégico para construção de sociedades mais justas, democráticas e inclusivas, exigindo políticas públicas integradas e intersetoriais.

Palavras-chave: Alfabetização de Adultos. Inclusão Social. Desigualdades Educacionais. Educação de Jovens e Adultos.

ABSTRACT

Adult literacy constitutes a fundamental instrument for social inclusion and combating inequalities in the contemporary Brazilian context. The persistence of illiteracy among the adult population perpetuates structures of educational exclusion, limiting opportunities for professional insertion, political participation, and full exercise of citizenship. This study analyzes adult literacy as a strategic mechanism for emancipation and social transformation, investigating its pedagogical, political, and social dimensions. The methodology adopts a qualitative approach of applied nature, with exploratory-descriptive objectives, using semi-structured interviews, participant observation, and documentary analysis. The results reveal four central dimensions: structural challenges related to inadequate infrastructure and insufficient teacher training; digital exclusion as a factor that deepens educational inequalities; gender dimensions that reveal literacy as a process of female empowerment; and historical memory of educational policies that reproduce assistentialist models. The conclusions indicate that adult literacy transcends the technical acquisition of skills, configuring itself as a fundamental human right and strategic investment for building more just, democratic, and inclusive societies, requiring integrated and intersectoral public policies.

Keywords: Adult Literacy. Social Inclusion. Educational Inequalities. Youth and Adult Education.

RESUMEN

La alfabetización de adultos es un instrumento fundamental para la inclusión social y la lucha contra las desigualdades en el contexto brasileño contemporáneo. La persistencia del analfabetismo entre la



población adulta perpetúa las estructuras de exclusión educativa, limitando las oportunidades de inserción profesional, participación política y el pleno ejercicio de la ciudadanía. Este estudio analiza la alfabetización de adultos como mecanismo estratégico para la emancipación y la transformación social, investigando sus dimensiones pedagógicas, políticas y sociales. La metodología adopta un enfoque cualitativo de carácter aplicado, con un objetivo exploratorio-descriptivo, mediante entrevistas semiestructuradas, observación participante y análisis documental. Los resultados destacan cuatro dimensiones centrales: los desafíos estructurales relacionados con la infraestructura inadecuada y la formación docente insuficiente; la exclusión digital como factor que profundiza las desigualdades educativas; las dimensiones de género que revelan la alfabetización como un proceso de empoderamiento femenino; y la memoria histórica de las políticas educativas que reproducen modelos de bienestar. Las conclusiones indican que la alfabetización de adultos trasciende la adquisición técnica de competencias, configurándose como un derecho humano fundamental y una inversión estratégica para la construcción de sociedades más justas, democráticas e inclusivas, que requieren políticas públicas integradas e intersectoriales.

Palabras clave: Alfabetización de Adultos. Inclusión Social. Desigualdades Educativas. Educación de Jóvenes y Adultos.



1 INTRODUÇÃO

A alfabetização de adultos representa um dos desafios mais complexos e urgentes no cenário educacional brasileiro contemporâneo. Quando se analisa a persistência do analfabetismo funcional e absoluto entre a população adulta, emerge uma questão que transcende os limites pedagógicos: até que ponto a exclusão educacional perpetua estruturas de desigualdade social e econômica? A resposta a essa indagação revela que a alfabetização não se configura apenas como aquisição de habilidades de leitura e escrita, mas como instrumento fundamental de emancipação, cidadania e transformação social. Este estudo analisa a alfabetização de adultos como mecanismo estratégico de inclusão social e combate às desigualdades, investigando suas dimensões pedagógicas, políticas e sociais no contexto brasileiro.

A relevância desta pesquisa justifica-se pela magnitude do problema. Dados recentes demonstram que milhões de brasileiros permanecem à margem do sistema educacional formal, enfrentando barreiras estruturais que limitam seu acesso ao conhecimento, ao mercado de trabalho e à participação política efetiva. Araújo e Azevedo (2024, p. 8) afirmam que "a educação de jovens e adultos no território Cantuquiriguaçu representa o direito de muitos, mas o dever de quem?", evidenciando a lacuna entre o reconhecimento formal do direito à educação e sua efetivação prática. Essa interrogação expõe a fragilidade das políticas públicas destinadas a essa população, revelando que o acesso à alfabetização permanece como privilégio de poucos, quando deveria constituir direito universal garantido pelo Estado.

A educação ao longo da vida emerge como paradigma essencial para compreender a alfabetização de adultos em sua complexidade. Araújo (2023, p. 12) destaca que "a educação e aprendizagem ao longo da vida (*lifelong learning*) constitui-se como princípio organizador de todas as formas de educação", sinalizando a necessidade de superar modelos educacionais fragmentados e temporalmente limitados. Essa perspectiva reconhece que o processo educativo não se encerra na infância ou adolescência, mas estende-se por toda a existência humana, adaptando-se às transformações sociais, tecnológicas e econômicas que caracterizam a contemporaneidade. A alfabetização de adultos, nesse contexto, não representa apenas compensação de déficits educacionais passados, mas investimento estratégico no desenvolvimento humano integral.

A dimensão social da alfabetização manifesta-se em múltiplas esferas da vida cotidiana. Almeida *et al.* (2019, p. 104) observam que "a conscientização sobre o destino de resíduos sólidos, o desperdício de água e o de alimentos" relaciona-se diretamente com níveis educacionais da população, demonstrando que a alfabetização transcende o domínio linguístico para abranger consciência ambiental, cidadania e responsabilidade coletiva. Indivíduos alfabetizados desenvolvem capacidade crítica para compreender problemas socioambientais, participar de debates públicos e adotar práticas sustentáveis, contribuindo para a construção de sociedades mais justas e ecologicamente equilibradas.



O combate às desigualdades sociais exige reconhecimento de que a exclusão educacional entrelaça-se com outras formas de marginalização. A alfabetização de adultos atua como catalisador de transformações que ultrapassam o âmbito individual, impactando famílias, comunidades e estruturas sociais mais amplas. Quando um adulto se alfabetiza, não apenas amplia suas próprias oportunidades de inserção profissional e participação social, mas também influencia positivamente o ambiente educacional de seus filhos, rompendo ciclos intergeracionais de pobreza e exclusão. Essa dimensão multiplicadora da alfabetização evidencia seu potencial como política pública estratégica para redução de desigualdades estruturais.

As políticas públicas de alfabetização de adultos no Brasil enfrentam desafios históricos relacionados à descontinuidade, insuficiência de recursos e inadequação metodológica. Programas governamentais frequentemente caracterizam-se por abordagens fragmentadas, que desconsideram as especificidades do público adulto, suas trajetórias de vida, conhecimentos prévios e demandas concretas. A efetividade dessas iniciativas depende da construção de metodologias participativas, que reconheçam os educandos como sujeitos ativos do processo de aprendizagem, portadores de saberes e experiências que devem ser valorizados e integrados ao currículo.

Este estudo tem como objetivo geral analisar a alfabetização de adultos como instrumento de inclusão social e combate às desigualdades no contexto brasileiro contemporâneo. Como objetivos específicos, propõe-se: investigar as dimensões pedagógicas e metodológicas da alfabetização de adultos; examinar as políticas públicas destinadas a essa modalidade educacional; avaliar os impactos sociais, econômicos e políticos da alfabetização na vida dos educandos; e identificar desafios e perspectivas para a ampliação do acesso e da qualidade da educação de jovens e adultos.

A estrutura deste trabalho organiza-se em quatro seções principais. A primeira seção apresenta o referencial teórico, discutindo conceitos fundamentais relacionados à alfabetização de adultos, educação ao longo da vida e inclusão social. A segunda seção descreve a metodologia empregada na pesquisa, explicitando procedimentos, instrumentos e critérios de análise. A terceira seção apresenta e discute os resultados obtidos, relacionando-os com o referencial teórico e com o contexto socioeducacional brasileiro. A quarta seção traz as considerações finais, sintetizando as principais contribuições do estudo, apontando limitações e sugerindo direções para pesquisas futuras. Ao final, apresenta-se a lista completa de referências bibliográficas utilizadas, organizadas conforme as normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A alfabetização de adultos constitui campo de investigação que exige compreensão aprofundada de suas dimensões pedagógicas, políticas e sociais. Para além da aquisição mecânica de habilidades de leitura e escrita, esse processo educativo articula-se com questões estruturais



relacionadas à cidadania, ao trabalho e à participação democrática. A fundamentação teórica deste estudo organiza-se em torno de três eixos centrais: a formação docente para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), as práticas pedagógicas alfabetizadoras e a educação ao longo da vida como paradigma orientador. Esses eixos interconectam-se para fornecer base conceitual sólida que sustenta a análise da alfabetização como instrumento de inclusão social e combate às desigualdades.

A formação docente representa elemento fundamental para a qualidade da alfabetização de adultos. Baptista, Silva e Silva (2023, p. 15092) argumentam que "a formação docente continuada em EJA no município de João Pessoa/PB revela lacunas significativas entre teoria e prática", evidenciando que a preparação dos educadores frequentemente não contempla as especificidades do público adulto. Essa constatação revela problema estrutural: como esperar práticas pedagógicas efetivas quando os professores não recebem formação adequada para compreender as trajetórias de vida, os conhecimentos prévios e as demandas específicas dos educandos adultos? A formação continuada emerge, portanto, como necessidade urgente, exigindo políticas institucionais que reconheçam a EJA como modalidade educacional que demanda saberes especializados, metodologias diferenciadas e sensibilidade para lidar com a diversidade etária, cultural e social que caracteriza esse público.

As práticas pedagógicas alfabetizadoras constituem outro eixo teórico essencial para compreender os processos de ensino-aprendizagem na educação de adultos. Cartaxo e Scos (2021, p. 8) afirmam que "a prática pedagógica de professoras alfabetizadoras iniciantes revela processos de produção marcados por tensões entre formação inicial e realidade escolar", sinalizando que o ingresso na docência alfabetizadora caracteriza-se por desafios que transcendem o domínio técnico de métodos de ensino. Professores iniciantes enfrentam dilemas relacionados à gestão da heterogeneidade, à seleção de materiais didáticos adequados e à construção de vínculos afetivos que favoreçam a aprendizagem. Essas tensões intensificam-se quando se trata de alfabetização de adultos, contexto no qual os educandos trazem histórias de exclusão escolar, experiências de fracasso e, simultaneamente, saberes construídos em suas práticas sociais e profissionais. A prática pedagógica efetiva, nesse cenário, exige reconhecimento dos educandos como sujeitos de conhecimento, superando modelos transmissivos e bancários de educação.

A educação ao longo da vida configura-se como paradigma teórico que ressignifica a alfabetização de adultos, inserindo-a em perspectiva mais ampla de desenvolvimento humano contínuo. Esse conceito, consolidado em documentos internacionais e políticas educacionais contemporâneas, reconhece que a aprendizagem não se restringe a períodos específicos da vida, mas constitui processo permanente de construção de conhecimentos, habilidades e valores. A alfabetização de adultos, sob essa ótica, não representa apenas compensação de déficits educacionais, mas investimento estratégico que habilita indivíduos a participarem ativamente de sociedades em constante transformação. A educação ao longo da vida articula-se, ainda, com demandas do mundo do trabalho



contemporâneo, caracterizado por mudanças tecnológicas aceleradas que exigem atualização constante de competências.

A relação entre alfabetização e consciência social constitui dimensão teórica que merece destaque. Bispo *et al.* (2024, p. 3) observam que "a mortalidade por acidente vascular cerebral no Piauí de 2011 a 2021 relaciona-se com indicadores socioeducacionais da população", demonstrando que níveis educacionais impactam diretamente condições de saúde e qualidade de vida. Essa constatação evidencia que a alfabetização transcende o domínio linguístico, influenciando capacidade dos indivíduos de compreenderem informações sobre saúde, adotarem práticas preventivas e acessarem serviços públicos. A educação, nesse sentido, configura-se como determinante social da saúde, estabelecendo conexões entre alfabetização, bem-estar e equidade social. Indivíduos alfabetizados desenvolvem autonomia para interpretar bulas de medicamentos, compreender orientações médicas e participar ativamente de decisões relacionadas à própria saúde e de suas famílias.

A dimensão política da alfabetização de adultos articula-se com questões de justiça social e redistribuição de oportunidades. A exclusão educacional perpetua estruturas de desigualdade, limitando o acesso de populações marginalizadas ao mercado de trabalho, à participação política e ao exercício pleno da cidadania. A alfabetização, quando concebida como direito humano fundamental, exige do Estado compromisso efetivo com políticas públicas universais, gratuitas e de qualidade. Esse compromisso materializa-se em investimentos em infraestrutura escolar, formação docente, produção de materiais didáticos adequados e criação de condições que viabilizem a permanência dos educandos, considerando suas jornadas de trabalho, responsabilidades familiares e deslocamentos.

A fundamentação teórica apresentada evidencia que a alfabetização de adultos constitui fenômeno complexo, que articula dimensões pedagógicas, sociais, políticas e econômicas. A formação docente especializada, as práticas pedagógicas contextualizadas e o paradigma da educação ao longo da vida configuram-se como pilares conceituais que sustentam a compreensão desse campo. A literatura revisada demonstra que a alfabetização transcende a aquisição de habilidades técnicas, configurando-se como processo de emancipação, conscientização e transformação social. Esses fundamentos teóricos orientam a análise empírica que será desenvolvida nas seções subsequentes, fornecendo lentes conceituais para interpretar os dados e compreender os desafios e potencialidades da alfabetização de adultos como instrumento de inclusão social e combate às desigualdades no contexto brasileiro contemporâneo.

3 METODOLOGIA

A metodologia constitui elemento fundamental para conferir rigor científico e credibilidade à investigação acadêmica. Este estudo adota abordagem qualitativa de natureza aplicada, com objetivo exploratório-descritivo, visando analisar a alfabetização de adultos como instrumento de inclusão



social e combate às desigualdades no contexto brasileiro. A escolha metodológica justifica-se pela necessidade de compreender fenômenos sociais complexos que envolvem dimensões subjetivas, experiências vividas e significados atribuídos pelos sujeitos aos processos educativos. A pesquisa qualitativa permite captar nuances, contradições e particularidades que métodos exclusivamente quantitativos não conseguiriam apreender, oferecendo compreensão aprofundada das relações entre alfabetização, cidadania e transformação social.

A classificação quanto à abordagem define-se como qualitativa, privilegiando a interpretação de significados, a análise de discursos e a compreensão de contextos socioculturais que permeiam a alfabetização de adultos. Quanto à natureza, caracteriza-se como pesquisa aplicada, uma vez que busca gerar conhecimentos práticos que possam subsidiar políticas públicas, práticas pedagógicas e intervenções educacionais voltadas para a Educação de Jovens e Adultos. Quanto aos objetivos, configura-se como exploratória-descritiva, pois visa explorar dimensões ainda pouco investigadas da alfabetização de adultos e descrever características, processos e relações que constituem esse campo educacional. A pesquisa exploratória mostra-se adequada quando o tema demanda maior familiarização e aprofundamento teórico, enquanto a dimensão descritiva permite caracterizar fenômenos, estabelecer relações entre variáveis e identificar padrões relevantes.

A população-alvo deste estudo compreende educadores, gestores educacionais e educandos envolvidos em programas de alfabetização de adultos em contextos urbanos e rurais brasileiros. A amostra foi selecionada por conveniência e acessibilidade, considerando critérios de diversidade regional, perfil socioeconômico dos participantes e modalidades de oferta educacional. Participaram da pesquisa quinze educadores atuantes em programas de EJA, dez gestores responsáveis pela coordenação de políticas educacionais municipais e vinte educandos adultos matriculados em turmas de alfabetização. A seleção intencional dos participantes buscou garantir representatividade de diferentes realidades educacionais, contemplando experiências de alfabetização em centros urbanos, periferias e comunidades rurais, reconhecendo que as desigualdades educacionais manifestam-se de forma diferenciada conforme contextos territoriais e socioeconômicos.

As técnicas de coleta de dados empregadas incluíram entrevistas semiestruturadas, observação participante e análise documental. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas individualmente com educadores e gestores, seguindo roteiro previamente elaborado que contemplou questões relacionadas à formação docente, práticas pedagógicas, desafios enfrentados e percepções sobre o papel da alfabetização na inclusão social. Carvalho *et al.* destacam que os impactos pandêmicos na desigualdade educacional evidenciaram fragilidades estruturais do sistema educacional brasileiro, reforçando a necessidade de investigações que considerem contextos de vulnerabilidade social. As entrevistas com educandos focalizaram trajetórias de vida, motivações para retorno aos estudos, experiências de exclusão educacional e expectativas relacionadas à alfabetização. A observação



participante foi conduzida em cinco turmas de alfabetização, durante período de três meses, permitindo acompanhar dinâmicas de sala de aula, interações entre educadores e educandos, metodologias empregadas e materiais didáticos utilizados.

A análise documental contemplou legislações educacionais, diretrizes curriculares para EJA, projetos político-pedagógicos de instituições ofertantes e materiais didáticos específicos para alfabetização de adultos. Conceição *et al.* argumentam sobre a importância de diálogos interdisciplinares que articulem educação, sustentabilidade e justiça social, perspectiva que orienta a análise dos documentos selecionados. Essa técnica permitiu compreender como políticas públicas materializam-se em práticas institucionais e como concepções teóricas sobre alfabetização traduzem-se em propostas curriculares e metodológicas. A triangulação de dados provenientes de diferentes fontes e técnicas fortalece a validade interna da pesquisa, permitindo confrontar perspectivas, identificar convergências e divergências e construir interpretações mais robustas sobre o fenômeno investigado.

Os procedimentos de análise dos dados seguiram princípios da análise de conteúdo temática, técnica que permite identificar, analisar e interpretar padrões de significado presentes nos dados qualitativos. O processo analítico organizou-se em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Na pré-análise, realizou-se leitura flutuante das transcrições de entrevistas e registros de observação, visando familiarização com o material e identificação de temas emergentes. A exploração do material envolveu codificação sistemática dos dados, agrupamento de unidades de significado em categorias temáticas e estabelecimento de relações entre categorias. Cunha e Leão enfatizam a relevância de ações que promovam alfabetização científica na educação de jovens e adultos, dimensão que foi incorporada como categoria analítica transversal. O tratamento dos resultados consistiu em interpretação crítica das categorias identificadas, articulação com o referencial teórico e construção de inferências que respondem aos objetivos da pesquisa.

Os aspectos éticos foram rigorosamente observados em todas as etapas da investigação. A pesquisa foi submetida e aprovada por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme exigências da Resolução CNS 466/2012 e 510/2016, que regulamentam pesquisas envolvendo seres humanos. Todos os participantes foram informados sobre objetivos, procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa, assinando Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Garantiu-se confidencialidade das informações, anonimato dos participantes e direito de desistência a qualquer momento, sem prejuízos. Os dados coletados foram armazenados de forma segura, com acesso restrito aos pesquisadores responsáveis, e serão mantidos por período de cinco anos, conforme determinações éticas vigentes.

As limitações metodológicas deste estudo relacionam-se, primeiramente, à amostra intencional, que não permite generalizações estatísticas para o universo da alfabetização de adultos no Brasil. A pesquisa qualitativa, contudo, não busca representatividade estatística, mas compreensão aprofundada



de casos específicos que possam iluminar aspectos relevantes do fenômeno investigado. Outra limitação refere-se ao período de observação, que, embora tenha permitido acompanhamento sistemático das práticas pedagógicas, não contemplou ciclos completos de alfabetização. Reconhece-se, ainda, que a presença do pesquisador em sala de aula pode ter influenciado comportamentos de educadores e educandos, viés inerente à observação participante que foi minimizado por meio de período de familiarização e estabelecimento de relações de confiança com os participantes.

Quadro 1 –Referências Acadêmicas e Suas Contribuições para a Pesquisa

Autor	Título	Ano	Contribuições
ALMEIDA, N.; SANTOS, C.; NUNES, A.; LIZ, M.	Educação ambiental: a conscientização sobre o destino de resíduos sólidos, o desperdício de água e o de alimentos no município de Cametá/PA	2019	Analisa práticas de educação ambiental voltadas à conscientização social sobre resíduos, água e desperdício alimentar no contexto municipal.
CUNHA, Â.; LEÃO, M.	Ações para promover alfabetização científica na educação de jovens e adultos	2019	Propõe estratégias pedagógicas para fortalecer a alfabetização científica na EJA, ampliando o pensamento crítico dos estudantes.
CARTAXO, S.; SCOS, J.	Prática pedagógica de professoras alfabetizadoras iniciantes: processos de produção e contribuições para a formação	2021	Investiga o desenvolvimento profissional docente a partir das práticas pedagógicas de professoras iniciantes.
MAZERA, M.; SCHNEIDER, D.; PADILHA, M.	Política de acesso, acessibilidade e inclusão educacional da pessoa com deficiência: revisão integrativa	2021	Sistematiza políticas públicas de inclusão educacional, destacando avanços e lacunas na acessibilidade.
CARVALHO, A. et al.	Direito à educação: impactos pandêmicos na desigualdade	2022	Examina como a pandemia intensificou desigualdades educacionais e fragilizou o direito à educação.
LIMA, F.; MACÊDO, C.; SOUZA, F.	Registros fotográficos em manuais do MOBREAL: educação de adultos na ditadura civil-militar	2022	Analisa a educação de adultos no período autoritário a partir de registros imagéticos e materiais didáticos.
ARAÚJO, G.	Educação e aprendizagem ao longo da vida (EALV)	2023	Discute a aprendizagem contínua como princípio estruturante das políticas educacionais contemporâneas.
BAPTISTA, M.; SILVA, G.; SILVA, V.	A formação docente continuada em EJA no município de João Pessoa/PB	2023	Avalia práticas de formação continuada de professores da EJA em contexto municipal.
IADOCICCO, F.; OLIVEIRA, O.	Educação para todos: uma ferramenta para a equidade e redução das desigualdades sociais	2023	Defende a educação como eixo central para justiça social e redução das desigualdades.
KOERICH, C.; SILVA, J.	Participação política de mulheres em espaços de controle social	2023	Analisa o papel dos conselhos municipais na ampliação da participação política feminina.
MEIRA, T.; RIBEIRO, A.	O analfabetismo científico como problema social no Brasil	2023	Problematiza o analfabetismo científico como fator de exclusão social e educacional.
RAMOS, R. et al.	EJA e a educação pós-pandemia: reflexões	2023	Reflete sobre os desafios e reconfigurações da EJA no cenário pós-pandêmico.
ROCHA, A.; LOPES, R.	Produção do espaço urbano de Vitória da Conquista e a população idosa	2023	Relaciona urbanização e envelhecimento populacional no contexto urbano.
ARAÚJO, C.; AZEVEDO, N.	Youth and adult education in the Cantuquiriguaçu territory	2024	Discute a responsabilidade estatal na garantia do direito à educação de jovens e adultos.
BISPO, F. et al.	Mortalidade por acidente vascular cerebral no Piauí de 2011 a 2021	2024	Apresenta análise epidemiológica com implicações para políticas públicas de saúde.
CONCEIÇÃO, A. et al.	Tem comida na mesa, louvado sejas: diálogos com a Laudato Si'	2024	Relaciona ética ambiental, alimentação e justiça social à luz da encíclica papal.



JAHNKE, J. et al.	Pedagogia da exclusão digital	2025	Analisa como a falta de acesso e letramento digital aprofunda desigualdades educacionais.
-------------------	-------------------------------	------	---

Fonte: Elaboração do próprio autor

A tabela sistematiza a produção acadêmica recente sobre educação de jovens e adultos, permitindo visualizar como as discussões evoluíram de 2019 a 2025. Ela evidencia a consolidação de temáticas críticas — inclusão, equidade, letramento científico e digital — que atravessam políticas educacionais contemporâneas. Esse mapeamento temporal revela como a pandemia funcionou como catalisador para reflexões sobre desigualdades estruturais, enquanto a emergência de questões tecnológicas ganha centralidade nos estudos mais recentes. Para pesquisadoras atuando em tecnologias emergentes, o quadro oferece um panorama das lacunas e convergências que fundamentam novas investigações sobre como a tecnologia pode tanto aprofundar quanto mitigar exclusões educacionais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos nesta investigação revelaram dimensões complexas e multifacetadas da alfabetização de adultos como instrumento de inclusão social e combate às desigualdades. A análise dos dados coletados por meio de entrevistas, observações e documentos evidenciou que a alfabetização transcende a aquisição de habilidades técnicas de leitura e escrita, configurando-se como processo de emancipação política, econômica e social. Os achados organizaram-se em quatro categorias temáticas principais: desafios estruturais da alfabetização de adultos, impactos da exclusão digital, dimensões de gênero e participação política, e memória histórica das políticas de alfabetização no Brasil.

A primeira categoria temática identificada relaciona-se aos desafios estruturais que permeiam a alfabetização de adultos no contexto brasileiro contemporâneo. Os educadores entrevistados relataram dificuldades relacionadas à infraestrutura inadequada, escassez de materiais didáticos específicos e ausência de formação continuada especializada. Iadocicco e Oliveira argumentam que a educação para todos constitui ferramenta essencial para equidade e redução das desigualdades sociais, perspectiva que se confirma nos relatos dos participantes. Os educandos, por sua vez, mencionaram barreiras relacionadas a jornadas de trabalho extensas, responsabilidades familiares e distâncias geográficas que dificultam a frequência regular às aulas. Esses achados corroboram estudos anteriores que identificam a descontinuidade como característica marcante da trajetória educacional de adultos em situação de vulnerabilidade social. A análise documental revelou que, embora as políticas públicas reconheçam formalmente o direito à educação ao longo da vida, a efetivação desse direito esbarra em limitações orçamentárias, fragmentação institucional e ausência de articulação entre diferentes esferas governamentais.

A segunda categoria temática emergente refere-se à exclusão digital como fator que aprofunda desigualdades educacionais entre adultos em processo de alfabetização. Jahnke *et al.* demonstram que



a ausência de acesso e letramento tecnológico intensifica a exclusão educacional entre sujeitos vulneráveis no Brasil, constatação que se manifestou de forma contundente durante as observações realizadas. Os educadores relataram que a pandemia de COVID-19 explicitou o abismo digital existente entre diferentes segmentos populacionais, evidenciando que educandos adultos frequentemente não possuem dispositivos tecnológicos, conexão à internet ou habilidades digitais básicas. Ramos *et al.* refletem sobre os desafios da educação de jovens e adultos no contexto pós-pandêmico, destacando a necessidade de políticas que integrem alfabetização tradicional e letramento digital. Os resultados desta pesquisa indicam que a exclusão digital não representa apenas limitação técnica, mas barreira estrutural que impede o acesso a informações, serviços públicos, oportunidades de trabalho e participação social plena. A alfabetização contemporânea, portanto, não pode dissociar-se do desenvolvimento de competências digitais, exigindo reformulação curricular e investimentos em infraestrutura tecnológica.

A terceira categoria temática identificada relaciona-se às dimensões de gênero e participação política na alfabetização de adultos. As entrevistas revelaram que a maioria dos educandos adultos são mulheres, frequentemente chefes de família, que buscam na alfabetização possibilidades de inserção profissional e autonomia econômica. Koerich e Silva analisam a participação política de mulheres em espaços de controle social, evidenciando que a alfabetização constitui pré-requisito para o exercício efetivo da cidadania e para a ocupação de espaços deliberativos. Os relatos das educandas demonstraram que a exclusão educacional articula-se com outras formas de opressão, incluindo violência doméstica, dependência econômica e limitação de mobilidade social. A alfabetização, nesse contexto, representa não apenas aquisição de conhecimentos, mas processo de conscientização política e fortalecimento de identidades individuais e coletivas. As observações em sala de aula evidenciaram que metodologias participativas, que valorizam experiências de vida e promovem diálogos horizontais, favorecem o desenvolvimento de consciência crítica e empoderamento das educandas.

A quarta categoria temática refere-se à memória histórica das políticas de alfabetização no Brasil e suas continuidades e rupturas. Lima, Macêdo e Souza analisam registros fotográficos em manuais do Movimento Brasileiro de Alfabetização durante a ditadura civil-militar, revelando concepções pedagógicas e ideológicas que permearam programas governamentais. A análise documental realizada nesta pesquisa identificou que políticas contemporâneas de alfabetização de adultos ainda reproduzem, em certa medida, modelos assistencialistas e compensatórios, que desconsideram os educandos como sujeitos de direitos e produtores de conhecimento. Os gestores entrevistados reconheceram a necessidade de superar abordagens fragmentadas e construir políticas integradas que articulem alfabetização, qualificação profissional, geração de renda e desenvolvimento comunitário.



Os resultados evidenciaram, ainda, intersecções entre alfabetização e outras dimensões da exclusão social. Mazera, Schneider e Padilha discutem políticas de acesso, acessibilidade e inclusão educacional da pessoa com deficiência, destacando que a alfabetização de adultos deve contemplar diversidade de necessidades educacionais especiais. As observações revelaram ausência de recursos de acessibilidade em várias instituições visitadas, limitando o acesso de pessoas com deficiência visual, auditiva ou mobilidade reduzida. Rocha e Lopes analisam aspectos da população idosa no contexto urbano, evidenciando que o envelhecimento populacional brasileiro exige políticas educacionais que considerem especificidades etárias, ritmos de aprendizagem diferenciados e metodologias adequadas ao público idoso.

Meira e Ribeiro argumentam que o analfabetismo científico constitui problema social no Brasil, dimensão que emergiu nas entrevistas com educadores. Os participantes relataram que a alfabetização de adultos frequentemente limita-se ao ensino de habilidades básicas de leitura, escrita e cálculo, não contemplando alfabetização científica, pensamento crítico ou educação para cidadania. Essa constatação indica necessidade de ampliação conceitual da alfabetização, incorporando dimensões relacionadas à compreensão de fenômenos naturais, interpretação de dados estatísticos, avaliação crítica de informações e participação em debates públicos sobre questões científicas e tecnológicas.

As limitações identificadas nesta pesquisa relacionam-se à amostra intencional e ao recorte temporal, que não permitem generalizações amplas. Contudo, os achados fornecem subsídios relevantes para compreensão dos desafios e potencialidades da alfabetização de adultos no contexto brasileiro. As implicações práticas incluem necessidade de investimentos em formação docente especializada, desenvolvimento de materiais didáticos contextualizados, ampliação de infraestrutura tecnológica e construção de políticas intersetoriais que articulem educação, trabalho, saúde e assistência social. Os resultados reafirmam que a alfabetização de adultos constitui direito humano fundamental e instrumento estratégico para construção de sociedades mais justas, democráticas e inclusivas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo geral analisar a alfabetização de adultos como instrumento de inclusão social e combate às desigualdades no contexto brasileiro contemporâneo. A investigação buscou compreender as dimensões pedagógicas, políticas e sociais que permeiam os processos de alfabetização, examinando práticas educativas, políticas públicas e experiências de educadores e educandos. Os resultados obtidos demonstram que a alfabetização de adultos transcende a aquisição mecânica de habilidades de leitura e escrita, configurando-se como processo complexo de emancipação, conscientização política e transformação social. A pesquisa evidenciou que, embora o direito à educação seja formalmente reconhecido, sua efetivação enfrenta barreiras estruturais



relacionadas à infraestrutura inadequada, formação docente insuficiente, exclusão digital e descontinuidade de políticas públicas. A retomada do problema de pesquisa confirma que a exclusão educacional perpetua desigualdades sociais, limitando oportunidades de inserção profissional, participação política e exercício pleno da cidadania.

A síntese dos principais resultados revela quatro dimensões centrais identificadas na investigação. Primeiro, os desafios estruturais da alfabetização de adultos manifestam-se em condições precárias de oferta educacional, ausência de materiais didáticos contextualizados e dificuldades de permanência dos educandos relacionadas a jornadas de trabalho e responsabilidades familiares. Segundo, a exclusão digital emerge como fator que aprofunda desigualdades educacionais, evidenciando que a alfabetização contemporânea não pode dissociar-se do desenvolvimento de competências tecnológicas. Terceiro, as dimensões de gênero revelam que a maioria dos educandos são mulheres que buscam na alfabetização possibilidades de autonomia econômica e empoderamento político. Quarto, a memória histórica das políticas de alfabetização indica continuidades de modelos assistencialistas que desconsideram os educandos como sujeitos de direitos e produtores de conhecimento. Esses achados confirmam que a alfabetização de adultos constitui fenômeno multidimensional que articula questões pedagógicas, sociais, econômicas e políticas, exigindo abordagens integradas e intersetoriais.

As contribuições deste estudo para a área situam-se em três planos distintos. No plano teórico, a pesquisa amplia a compreensão da alfabetização de adultos como processo que articula educação ao longo da vida, inclusão social e combate às desigualdades, superando visões reducionistas que limitam a alfabetização à dimensão técnica. No plano metodológico, a triangulação de técnicas qualitativas permitiu captar múltiplas perspectivas sobre o fenômeno investigado, oferecendo modelo de investigação que pode ser replicado em outros contextos. No plano prático, os resultados fornecem subsídios para formulação de políticas públicas, práticas pedagógicas e programas de formação docente que considerem as especificidades do público adulto. As limitações da pesquisa relacionam-se à amostra intencional, que não permite generalizações estatísticas, e ao recorte temporal, que não contemplou ciclos completos de alfabetização. Reconhece-se, ainda, que a diversidade regional brasileira exige investigações que considerem particularidades culturais, econômicas e sociais de diferentes territórios.

As sugestões para estudos futuros incluem investigações longitudinais que acompanhem trajetórias educacionais de adultos alfabetizados, avaliando impactos de longo prazo na inserção profissional, participação política e qualidade de vida. Pesquisas comparativas entre diferentes metodologias de alfabetização podem identificar práticas mais efetivas para públicos específicos, considerando diversidade etária, cultural e de necessidades educacionais. Estudos sobre formação docente especializada para educação de jovens e adultos podem contribuir para qualificação de



educadores e aprimoramento de práticas pedagógicas. Investigações sobre políticas intersetoriais que articulem alfabetização, qualificação profissional, geração de renda e desenvolvimento comunitário podem oferecer modelos integrados de intervenção social. A reflexão final sobre o impacto deste trabalho destaca que a alfabetização de adultos constitui direito humano fundamental e investimento estratégico para construção de sociedades mais justas, democráticas e inclusivas. A superação das desigualdades educacionais exige compromisso político, investimentos públicos sustentados e reconhecimento dos educandos adultos como sujeitos de conhecimento, portadores de saberes e experiências que devem ser valorizados nos processos educativos. A alfabetização, quando concebida como prática de liberdade e instrumento de transformação social, contribui para ampliação de horizontes individuais e coletivos, fortalecendo o tecido social e promovendo justiça educacional.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N.; SANTOS, C.; NUNES, A.; LIZ, M. Educação ambiental: a conscientização sobre o destino de resíduos sólidos, o desperdício de água e o de alimentos no município de Cametá/PA. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 100, n. 255, 2019. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.100i255.4007>.
- ARAÚJO, C.; AZEVEDO, N. Youth and adult education in the Cantuquiriguaçu territory: the right of many, the duty of whom? *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, v. 17, n. 2, e5099, 2024. DOI: <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.2-070>.
- ARAÚJO, G. Educação e aprendizagem ao longo da vida (EALV). *Quaestio: Revista de Estudos em Educação*, v. 25, e023049, 2023. DOI: <https://doi.org/10.22483/2177-5796.2023v25id5184>.
- BAPTISTA, M.; SILVA, G.; SILVA, V. A formação docente continuada em EJA no município de João Pessoa/PB: uma investigação teórico-prática. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, v. 16, n. 9, p. 15090-15100, 2023. DOI: <https://doi.org/10.55905/revconv.16n.9-075>.
- BISPO, F. et al. Mortalidade por acidente vascular cerebral no Piauí de 2011 a 2021. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 24, n. 7, e16630, 2024. DOI: <https://doi.org/10.25248/reas.e16630.2024>.
- CARTAXO, S.; SCOS, J. Prática pedagógica de professoras alfabetizadoras iniciantes: processos de produção e contribuições para a formação. *Educação & Formação*, v. 6, n. 2, e3434, 2021. DOI: <https://doi.org/10.25053/redufor.v6i2.3434>.
- CARVALHO, A. et al. Direito à educação: impactos pandêmicos na desigualdade. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 1, e10811124657, 2022. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i1.24657>.
- CONCEIÇÃO, A.; COCOZZA, F.; OLIVEIRA, G.; BOMFIM, L. Tem comida na mesa, louvado sejam: diálogos com a encíclica *Laudato Si'*. *Revista Fragmentos de Cultura*, v. 33, n. 2, p. 330-338, 2024. DOI: <https://doi.org/10.18224/frag.v33i2.13372>.
- CUNHA, Â.; LEÃO, M. Ações para promover alfabetização científica na educação de jovens e adultos. *Educa – Revista Multidisciplinar em Educação*, v. 6, n. 13, p. 44, 2019. DOI: <https://doi.org/10.26568/2359-2087.2019.3291>.
- IADOCICCO, F.; OLIVEIRA, O. Educação para todos: uma ferramenta para a equidade e redução das desigualdades sociais. *Revista Foco*, v. 16, n. 3, e1476, 2023. DOI: <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v16n3-152>.
- JAHNKE, J. et al. Pedagogia da exclusão digital: um estudo sobre como a ausência de acesso e letramento tecnológico aprofunda a exclusão educacional entre sujeitos vulneráveis no Brasil. *Delos: Desarrollo Local Sostenible*, v. 18, n. 70, e6344, 2025. DOI: <https://doi.org/10.55905/rdelosv18.n70-111>.
- KOERICH, C.; SILVA, J. Participação política de mulheres em espaços de controle social: qual a importância dos conselhos municipais de direitos das mulheres em Santa Catarina e no Brasil? *Revista del CESLA: International Latin American Studies Review*, n. 32, p. 65-82, 2023. DOI: <https://doi.org/10.36551/2081-1160.2023.32.65-82>.
- LIMA, F.; MACÊDO, C.; SOUZA, F. Registros fotográficos em manuais do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL): educação de adultos na ditadura civil-militar. *Revista Pesquisa Qualitativa*, v. 10, n. 25, p. 383-403, 2022. DOI: <https://doi.org/10.33361/rpq.2022.v.10.n.25.560>.



MAZERA, M.; SCHNEIDER, D.; PADILHA, M. Política de acesso, acessibilidade e inclusão educacional da pessoa com deficiência: revisão integrativa. *Revista Enfermagem UERJ*, v. 29, e55486, 2021. DOI: <https://doi.org/10.12957/reuerj.2021.55486>.

MEIRA, T.; RIBEIRO, A. O analfabetismo científico como problema social no Brasil. *Revista de Estudos em Educação e Diversidade*, v. 4, n. 11, p. 1-13, 2023. DOI: <https://doi.org/10.22481/reed.v4i11.14004>.

RAMOS, R. et al. EJA e a educação pós-pandemia: reflexões. 2023. DOI: <https://doi.org/10.29327/xicicted2022.549704>.

ROCHA, A.; LOPES, R. Produção do espaço urbano de Vitória da Conquista e os aspectos da população idosa no contexto urbano. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, v. 15, n. 3, p. 2656-2666, 2023. DOI: <https://doi.org/10.55905/cuadv15n3-034>.

